

PROJETO DE LEI Nº 015/2025

AUTOR/ SIGNATÁRIO

Vereador João Pereira
Partido dos Trabalhadores

EMENTA

Dispõe sobre a criação de uma Política Municipal de Acessibilidade e Mobilidade Inclusiva nas Obras de Pavimentação e Calçamento de Teresina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, Estado do Piauí,
Faço saber que o plenário da Câmara Municipal de Teresina aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Teresina, a **Política Municipal de Acessibilidade e Mobilidade Inclusiva**, com o objetivo de garantir que todas as obras de pavimentação, recapeamento, calçamento e urbanização de vias públicas sejam planejadas e executadas de forma acessível e segura para todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência, mobilidade reduzida, doenças invisíveis e demais condições que limitem sua autonomia.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

- I – **Acessibilidade**: possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, de espaços urbanos, mobiliários, equipamentos urbanos e serviços.
- II – **Deficiência oculta**: condição não visível, como autismo, doenças mentais, deficiências cognitivas, epilepsia, entre outras.
- III – **Mobilidade reduzida**: limitação permanente ou temporária na capacidade de se locomover, com ou sem uso de dispositivos de auxílio.

CAPÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 3º São princípios da Política Municipal de Acessibilidade:

- I – Universalização do acesso aos espaços públicos;
- II – Inclusão plena de todas as pessoas, independentemente de sua condição física, sensorial, intelectual ou emocional;

PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA



Autenticar documento em <http://www.spionline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003300360033003A005000; Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003300360033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- III – Respeito à dignidade humana;
- IV – Autonomia e segurança na mobilidade urbana.

Art. 4º As diretrizes da política incluem:

- I – Implantação de **piso tátil, rampas de acesso, sinalização sonora e visual** nas novas obras;
- II – Previsão de **faixas de travessia acessível** com rebaixamento de guias;
- III – Planejamento de calçadas com **largura mínima adequada, superfície regular e antiderrapante**, livres de obstáculos;
- IV – Inclusão de **elementos de orientação e comunicação acessíveis** para pessoas com deficiência auditiva, visual e intelectual;
- V – Observância às normas da **ABNT NBR 9050/2020** e outras normas técnicas aplicáveis.

CAPÍTULO III – DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 5º Todas as licitações, projetos e contratos de obras públicas no município deverão conter cláusulas específicas que assegurem o cumprimento dos critérios de acessibilidade definidos nesta Lei.

Art. 6º Os órgãos municipais responsáveis pelo planejamento urbano e pela execução de obras públicas deverão:

- I – Garantir capacitação técnica para servidores e empresas contratadas sobre acessibilidade e inclusão urbana;
- II – Realizar vistorias técnicas em todas as obras de calçamento e pavimentação;
- III – Incorporar mecanismos de **fiscalização participativa** com a sociedade civil, conselhos de direitos e entidades representativas de pessoas com deficiência.

CAPÍTULO IV – DAS PENALIDADES

Art. 7º O descumprimento das exigências previstas nesta Lei por empresas contratadas pelo Poder Público acarretará:

- I – Advertência formal;
- II – Multa administrativa;
- III – Rescisão contratual, conforme os termos da legislação de licitações e contratos;
- IV – Impedimento de contratar com a administração pública municipal por até 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003300360033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Teresina (PI), 24 de Setembro de 2025.


João Pereira

Vereador - Partido dos Trabalhadores





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003300360033003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como objetivo instituir a **Política Municipal de Acessibilidade e Mobilidade Inclusiva nas Obras de Pavimentação e Calçamento de Teresina**, garantindo que toda intervenção urbana respeite os princípios da inclusão, da dignidade humana e da igualdade de acesso ao espaço público por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência — seja ela física, sensorial, intelectual, mental ou invisível.

Trata-se de uma iniciativa que visa não apenas o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais já vigentes, mas, sobretudo, a concretização da **função social da cidade**, assegurando que o direito à mobilidade e à acessibilidade não seja privilégio de poucos, mas um direito coletivo e universal.

A **Constituição Federal de 1988**, em seu art. 1º, inciso III, consagra como fundamento da República a dignidade da pessoa humana, e em seu art. 5º, caput, garante a igualdade de todos perante a lei. Já o **art. 227, §2º**, determina que o Estado promoverá programas de assistência à pessoa com deficiência, garantindo a acessibilidade nos espaços públicos.

A Lei nº **10.098/2000**, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, exige que os espaços públicos de uso coletivo sejam planejados de forma acessível. Complementando essa norma, a Lei nº **13.146/2015**, que institui o **Estatuto da Pessoa com Deficiência** (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), determina que o poder público assegure, em todas as fases de planejamento urbano, a acessibilidade universal. O art. 53 da referida norma é claro ao estabelecer que:

“É obrigatória a acessibilidade nas vias e nos espaços públicos, no mobiliário urbano, nos edifícios de uso público e coletivo, nos meios de transporte e de comunicação, inclusive seus serviços e informações.”



PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310038003300360033003A005000. Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Telefone: (86) 3200-0350



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003300360033003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.

A ABNT NBR 9050/2020, norma técnica fundamental no tema, especifica os parâmetros e as dimensões para calçadas, rampas, sinalização tátil, sonora e visual, bem como diretrizes para a remoção de barreiras físicas e atitudinais. Essa norma técnica deve ser observada em todas as obras públicas que envolvam circulação de pedestres.

Em Teresina, contudo, apesar dos avanços pontuais, ainda é comum a execução de obras de pavimentação e calçamento sem o devido respeito à acessibilidade. Calçadas estreitas, desniveladas, sem rampas de acesso, com obstáculos e sem sinalização adequada tornam a circulação insegura ou inviável para cadeirantes, pessoas cegas, idosos, gestantes, pessoas com deficiência auditiva, autistas, neurodivergentes e indivíduos com mobilidade reduzida ou limitações cognitivas.

A adoção de **critérios universais de acessibilidade** nas novas obras não representa um custo, mas um **investimento em cidadania**, pois beneficia toda a população, inclusive aquela que, em algum momento da vida, poderá ter a sua mobilidade comprometida. Além disso, o respeito à acessibilidade é uma **condição para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU**, especialmente os objetivos 10 (redução das desigualdades) e 11 (cidades e comunidades sustentáveis).

Este projeto também busca contemplar as chamadas **deficiências ocultas**, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiências intelectuais, doenças psíquicas, e outras condições que não são perceptíveis, mas que exigem um ambiente urbano seguro, sinalizado, acolhedor e sem ruídos ou barreiras hostis.

A proposta prevê, ainda, que todas as **licitações, projetos e contratos públicos** incluam cláusulas obrigatórias de acessibilidade, sob pena de sanções administrativas. Dessa forma, a Prefeitura de Teresina assume um compromisso com a legalidade, com os direitos humanos e com a construção de uma cidade verdadeiramente democrática e inclusiva.





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003300360033003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA
GABINETE VEREADOR JOÃO PEREIRA, PARTIDO
DOS TRABALHADORES - PT

Por essas razões, espera-se que este projeto de lei seja amplamente acolhido por esta Casa Legislativa, em nome da justiça social, da responsabilidade pública e da dignidade de todas as pessoas que habitam Teresina.

Câmara Municipal de Teresina (PI), 24 de Setembro de 2025.


João Pereira

Vereador - Partido dos Trabalhadores





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003300360033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.